

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, atendendo aos dispositivos legais preceituados na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vem publicar o Relatório de Gestão Fiscal, concernente ao segundo quadrimestre do exercício de 2019. Os dados estão disponíveis a partir desta data no site do Tribunal de Justiça (www.tjsc.jus.br).

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	130.788.290,69	194.423.881,84	150.509.645,20	180.757.326,67	126.413.866,12	125.891.984,50	127.776.983,58	172.922.859,73	131.614.927,46	135.873.140,19	134.578.478,88	152.364.191,47	1.763.915.576,33	0,00	
Pessoal Ativo	107.158.324,21	160.731.850,04	126.082.337,29	155.370.863,04	102.175.541,25	100.564.060,67	102.256.589,35	137.748.405,91	104.493.266,98	108.778.697,25	107.106.052,82	124.556.731,33	1.437.022.720,14	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	89.298.474,15	127.747.235,60	108.546.571,85	133.502.498,03	85.603.077,09	82.401.693,22	83.840.932,14	119.597.615,02	85.637.020,85	89.451.320,43	88.054.311,85	105.542.283,60	1.199.223.033,83	0,00	
Obrigações Patronais	17.840.741,56	32.981.249,44	17.513.738,64	21.846.338,21	16.514.508,66	18.133.000,19	18.368.509,89	18.115.135,69	18.856.246,13	19.306.272,25	19.021.139,26	18.961.953,86	237.458.833,78	0,00	
Benefícios Previdenciários	19.108,50	3.365,00	22.026,80	22.026,80	57.955,50	29.367,26	47.147,32	35.655,20	0,00	21.104,57	30.601,71	52.493,87	340.852,53	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	23.629.966,48	33.692.031,80	24.427.307,91	25.386.463,63	24.238.324,87	25.327.923,83	25.520.394,23	35.174.453,82	27.121.660,48	27.094.442,94	27.472.426,06	27.807.460,14	326.892.856,19	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	18.297.895,32	28.265.044,48	18.990.781,32	19.831.986,19	18.636.720,16	19.680.577,32	19.892.268,14	29.447.904,62	21.409.306,92	21.402.765,35	21.764.280,21	22.061.040,09	259.680.610,12	0,00	
Pensões	5.332.071,16	5.426.987,32	5.436.526,59	5.554.477,44	5.601.564,71	5.647.346,51	5.628.126,09	5.726.549,20	5.712.353,56	5.691.677,59	5.708.145,85	5.746.420,05	67.212.246,07	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	35.641.340,93	46.691.436,28	57.338.111,33	64.783.771,93	28.017.901,42	26.945.373,58	26.775.038,91	36.138.636,68	29.323.509,98	29.312.242,92	30.939.380,31	49.292.145,94	461.198.890,21	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.243.975,80	3.384.168,06	29.962.466,40	20.684.106,22	4.069.432,83	2.535.725,92	2.472.324,12	2.213.547,58	3.943.109,03	3.759.539,74	5.140.043,49	23.320.205,00	104.728.642,19	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	9.499.306,35	11.340.562,50	4.291.320,54	19.576.678,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.707.868,21	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	125.341,63	47.182,75	102.293,58	57.513,87	121.159,03	289.758,07	8.014,77	24.171,64	62.902,08	113.339,18	190.272,50	83.440,74	1.225.389,84	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	22.772.717,15	31.919.522,97	22.982.030,81	24.465.473,02	23.827.309,56	24.119.889,59	24.294.700,02	33.900.917,46	25.317.498,87	25.439.364,00	25.609.064,32	25.888.502,20	310.536.989,97	0,00	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>95.146.949,76</b>	<b>147.732.445,56</b>	<b>93.171.533,87</b>	<b>115.973.554,74</b>	<b>98.395.964,70</b>	<b>98.946.610,92</b>	<b>101.001.944,67</b>	<b>136.784.223,05</b>	<b>102.291.417,48</b>	<b>106.560.897,27</b>	<b>103.639.098,57</b>	<b>103.072.045,53</b>	<b>1.302.716.686,12</b>	<b>0,00</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>													<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													<b>24.554.372.804,15</b>		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)													2.521.136,00		
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>													<b>24.551.851.668,15</b>		
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>													<b>1.302.716.686,12</b>	<b>5,31%</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>													1.473.111.100,09	6,00%	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>													1.399.455.545,09	5,70%	
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>													1.325.799.990,08	5,40%	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF e Secretaria do Estado da Fazenda no que concerne à RCL.

Nota: 1 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventários de Justiça, Auxiliares e Juizes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos), no valor de R\$ 35.357.027,99, não foram consideradas, pois não se trata de servidores contratados pelo Estado, mas tão somente agentes colaboradores por meio de delegação do Poder Público.  
Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao abono de permanência no valor de R\$ 14.639.086,54, não foram incluídas da Despesa Bruta com Pessoal, nos termos da decisão do Tribunal de Contas de Santa Catarina no processo 1700678660.

Des. Rodrigo Collaço  
Presidente

Eduardo Cardoso Silva  
Diretor de Orçamento e Finanças

Blévio Nunes  
Coordenador da Auditoria Interna